

Aprendizagem Cooperativa: uma Experiência no Ensino Médio Profissionalizante

Cooperative Learning: an Experience in the High School College

Aprendizaje Cooperativo: una Experiencia en Educación Secundaria

Antônio Germano Magalhães Júnior^I

Maria Terla Silva Carneiro dos Santos^{II}

Maria de Lourdes da Silva Neta^{III}

^I Universidade Estadual do Ceará, Ceará – Brasil. E-mail: germano.junior@uece.br

^{II} Rede Estadual de Ensino do Ceará, Ceará – Brasil. E-mail: maria.terla@uece.br

^{III} Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Ceará – Brasil. E-mail: neta.lourdes@uece.br



Educação: teoria e prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106

Está licenciada sob [Licença Creative Common](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Resumo

Considerando as mudanças ocorridas na educação brasileira em decorrência do Decreto nº 5.154, no qual o ensino médio passou a ser articulado ao curso técnico de nível médio, selecionamos como objeto de pesquisa, a proposta formativa de uma escola de educação profissional no interior do Ceará, pioneira no Brasil em utilizar a Aprendizagem Cooperativa como metodologia em sala de aula. A pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, possui fundamentação teórico-metodológica nos estudos de Kuenzer (2007); Ramos (2011); Oliveira (2006), dentre outros. Objetivamos com esse escrito, compreender a proposta formativa da referida instituição escolar utilizando como documentos basilares o Projeto Político Pedagógico (PPP), o Regimento Escolar e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Assim, a análise dos dados permitiu-nos considerar que a instituição escolar oferece a seus estudantes formação em consonância com

as determinações legais, visando a inserção dos estudantes na Universidade e no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Educação Profissional. Aprendizagem Cooperativa. Ensino Médio Profissionalizante.

Abstract

Considering the changes in Brazilian education system as a result of Decree No. 5154, in which high school should be articulated to vocational high school level, we selected as the research subject, the formative proposal of a vocational education school in Ceará, which is a pioneer state in Brazil in using the Cooperative Learning methodology in the classroom. This study uses a literature and documentary approaches grounded on studies of Kuenzer (2007); Ramos (2011); Oliveira (2006). The aim of this study was, understanding the formative proposal of that educational institution using as basic documents the Pedagogical Political Project (PPP), the School Regulations and the National Curriculum Guidelines for Vocational Education High School Level. Data analysis showed that the educational institution provides training according to the legal requirements, aiming at integration of students at the university and in the workplace.

Keywords: Professional Education. Cooperative Learning. Vocational High School.

Resumen

Considerando los cambios ocurridos en la educación brasileña transcurridos del Decreto n° 5.154, en el cual la enseñanza media pasó a ser articulada al curso técnico de nivel medio, seleccionamos como objeto de investigación, la propuesta formativa de una escuela de educación profesional en el interior de Ceará, pionera en Brasil en utilizar la metodología de Aprendizaje Cooperativa en aula de clase. La investigación, de carácter bibliográfico y documental, posee fundamentación teórico metodológica en los estudios de Kuenzer (2007); Ramos (2011); Oliveira (2006), entre otros. Nuestro objetivo con ese escrito es comprender la propuesta formativa de la referida institución escolar utilizando como documentos basales el Proyecto Político Pedagógico (PPP), el Regimiento Escolar y las Directrices Curriculares Nacionales para la Educación Profesional Técnica de Nivel Medio. Así, el análisis de los datos nos permitió considerar que la institución escolar ofrece a sus estudiantes formación en consonancia con las determinaciones legales, visando la inserción de los estudiantes en la Universidad y en el mundo del trabajo.

Palabras clave: Educación Profesional. Aprendizaje Cooperativa. Enseñanza Media Profesional.

1 Introdução

Na última década, por ocasião do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, a educação profissional de nível médio no Brasil passou a ser ofertada obrigatoriamente de forma articulada com o ensino técnico, possibilitando aos estudantes finalizarem esse nível de ensino com qualificação profissional de nível médio.

Nesse contexto, o Ministério da Educação concebeu o Programa Brasil Profissionalizado, que a partir de 2007, passou a investir no fortalecimento da rede estadual de educação profissional e tecnológica, em todos os Estados e no Distrito Federal, através do repasse de recursos, no intuito de investir na criação, modernização e expansão da rede pública de ensino médio integrado à educação profissional, como finalidade de aliar o conhecimento do ensino médio à prática.

Diante desse cenário, o Governo do Ceará, através da Secretaria da Educação, assumiu o desafio de promover a articulação do currículo do Ensino Médio com a formação para o mundo do trabalho, criando a rede estadual de Escolas de Educação Profissional (EEEP). Sendo assim, de acordo com os dados do Seduc (2015), no início do programa, em 2008, foram implantadas 25 unidades escolares.

O lócus investigativo configurou-se como elemento importante na tessitura desse escrito, visto que o ensino médio profissionalizante foi tomado como objeto central de análise, tendo por base a metodologia da pesquisa documental e bibliográfica. Objetivamos compreender a proposta formativa de uma escola de ensino médio profissionalizante, que utiliza a metodologia da Aprendizagem Cooperativa. Nessa perspectiva, elegemos como objetivos específicos: apresentar a atual proposta da educação profissional no Ceará para essa modalidade de ensino; conceituar e descrever a metodologia da aprendizagem cooperativa em sala de aula.

A Aprendizagem Cooperativa é uma metodologia na qual os alunos trabalham em conjunto, encorajando-se para aprender e são responsáveis pela sua aprendizagem e pela aprendizagem dos seus colegas de equipe. Segundo Lopes e Silva (2009, p. 4), “é uma metodologia com a qual os alunos se ajudam no processo de aprendizagem, atuando como parceiros entre si e com o professor, visando adquirir conhecimentos sobre um dado objeto”. Desse modo, entendemos que o objetivo dos grupos de aprendizagem cooperativa é possibilitar que os estudantes aprendam juntos e obtenham êxito nos aspectos pessoais e profissionais.

A Aprendizagem Cooperativa vai além do trabalho em grupos, uma vez que se faz necessária a presença de cinco elementos básicos para o desenvolvimento de um trabalho cooperativo. Dentre os quais, Johnson e Holubec, (1993 *apud* LOPES E SILVA, 2009), destacam: a Interdependência Positiva, a Interação Face a Face, a Responsabilidade Individual, Habilidades Sociais e Processamento de Grupo.

A Interdependência Positiva fundamenta-se na dependência de uns com os outros, ou seja, o estudante deve aprender e contribuir para que os outros membros do grupo também o façam; a Interação Face a Face consiste em possibilitar uma maior interação entre os membros da equipe, promovendo a comunicação entre eles. Para que isso ocorra, o ideal é que se formem grupos de três a cinco. A Responsabilidade Individual justifica que cada membro da equipe deve responsabilizar-se em cumprir sua parte no trabalho, conscientizando o aluno que, se um membro do grupo não fizer sua parte, todos serão prejudicados. As Habilidades Sociais são as predisposições necessárias para a cooperação (comunicação apropriada, resolução construtiva de conflitos, participação, aceitação dos outros), devem ser ensinadas para que possam ser praticadas. O Processamento de Grupo corresponde a uma avaliação frequente e regular do funcionamento do grupo, objetivando melhorias. Os membros da equipe destinam certo tempo para refletir conjuntamente sobre os acertos e as dimensões a serem melhoradas na realização dos trabalhos.

Consoante Monereo e Gisbert (2005) as cinco características mencionadas anteriormente diferenciam a Aprendizagem Cooperativa do trabalho tradicional em grupo. Os autores argumentam, ainda, que esses grupos são chamados de *equipes*, tendo em vista que se baseiam no princípio de interdependência entre seus membros.

Na intenção de gerar entendimento sobre o texto, organizamos sua escrita em três partes articuladas. Inicialmente, apresentamos o histórico da educação profissional no Brasil; em seguida, contextualizamos o processo de implantação das escolas de ensino médio profissionalizante no Ceará; na sequência, abordamos a aprendizagem cooperativa na educação profissional, caracterizando a proposta formativa de uma escola cearense de ensino médio profissionalizante.

2 Políticas de Formação de Jovens no Brasil: Aspectos Históricos e Documentais da Educação Profissional

No Brasil, os primeiros indícios de uma educação marcada pelo contorno profissionalizante data do século XIX, com a criação do Colégio das Fábricas pelo príncipe Regente, em 1809. Na acepção organizada por Ramos (2011, p. 37).

Até o século XIX, não há registros de iniciativas sistemáticas que hoje possam ser caracterizadas como pertencentes ao campo da educação profissional. O que existia até então era a educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes.

Ao longo desse século, foram criadas instituições voltadas para o ensino das primeiras letras e a iniciação em ofícios, cujos destinatários eram as crianças pobres, os órfãos e os abandonados, partindo de princípios assistencialistas. Sobre o assunto, Ramos (2011) salienta

que a educação profissional no Brasil teve a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista, tendo em vista que o objetivo era atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias e, dessa forma, contribuir para que não continuassem a praticar ações que estavam na contraordem dos bons costumes.

O caráter assistencialista dos anos iniciais da educação profissional do país foi substituído no começo do século XX pela proposição de políticas públicas de educação profissional voltada à preparação de operários para o exercício das atividades profissionais. Dessa maneira, o então presidente Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizes Artífices, conforme Ramos (2011, p. 38), destinadas “aos pobres e humildes”. O Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, apresentava a seguinte justificativa:

Tornava-se necessário, não só habilitar “os filhos dos desfavorecidos da fortuna” com o indispensável preparo técnico e intelectual, mas também fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo que os afastasse da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime (BRASIL, 1909).

O Decreto supracitado estabelecia também a criação das Escolas de Aprendizes Artífices como um dever do Governo da República no intuito de formar cidadãos úteis à Nação. Portanto, percebe-se uma preocupação sociopolítica em relação à concentração de pessoas nas cidades e os problemas que por ventura essa concentração viesse causar.

No decorrer dos anos de 1920, face à necessidade de mão-de-obra qualificada para trabalhar na indústria, em virtude do processo de industrialização no Brasil, fez-se necessário repensar o ensino profissional, em busca de sanar a dificuldade de encontrar mão de obra com um mínimo de escolarização.

A realidade brasileira nas primeiras décadas do século XX passou a exigir uma mão de obra especializada e para tal era preciso investir na educação. Nesse sentido, a partir de 1920, começa a se organizar uma nova modalidade de ensino profissional para atender o setor industrial em desenvolvimento no país. Sobre o assunto, Batista (2001, p. 73) comenta:

O desenvolvimento industrial dependia, para concretizar-se, de trabalhadores providos de conhecimentos especializados, o que poderia ser contemplado por um sistema escolar afinado com as demandas sociais e econômicas. Estava sendo, mais uma vez, atribuída à educação a responsabilidade pelo desenvolvimento do país.

As transformações sociais e econômicas, ocorridas durante as décadas de 1930 e 1940, influenciaram, em conformidade com Ribeiro (1989 apud ZANLORENSE; SANTOS, 2014), as alterações da educação e levaram à institucionalização do ensino profissional, atendendo ao

processo de industrialização, ao aumento da população urbana e à formação do trabalhador a fim de adequar a classe operária ao desenvolvimento industrial brasileiro. Nesse sentido, a Constituição de 1937, em seu Artigo 129, determina um papel inédito para o Estado, às empresas e aos sindicatos no tocante à educação profissional das “classes menos favorecidas”.

Art. 129 - O ensino pré-vocacional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhes dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especificidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público (BRASIL, 1937).

Desse modo, o artigo constitucional supracitado suprimiu a oportunidade de acesso ao ensino superior por parte das classes menos favorecidas ao coagir os pobres a frequentar o ensino profissionalizante, uma vez que era dever do Estado possibilitar apenas o ingresso no ensino secundário profissional.

Entre os anos 1942 e 1946 ocorreram reformas nos diferentes ramos da educação brasileira denominada de Leis Orgânicas do Ensino ou Reforma Capanema (BRASIL, ano). A Lei Orgânica do Ensino Secundário (BRASIL, 1942), promulgada durante o Estado Novo, na gestão do Ministro Gustavo Capanema, acentuava, consoante Ramos (2011), a dualidade entre o ensino secundário acadêmico- propedêutico e aristocrático- e o ensino profissionalizante, mantendo-se duas estruturas educacionais paralelas e independentes.

Nesse contexto de industrialização, o ensino técnico industrial ganhou maior dimensão, e a partir dos anos 1950, o Estado estabeleceu uma organização curricular e administrativa para os estabelecimentos do ensino industrial. A regulamentação do Decreto nº 47.038, de 16 de novembro de 1959 (BRASIL, 1959), definiu as Escolas Técnicas que comporiam a rede federal de ensino técnico, transformando-as em autarquias e em Escolas Técnicas Federais. Desse modo, nas palavras de Ramos (2011), o Estado assumia parte da qualificação de operários voltada para o trabalho industrial.

No início dos anos 1970, a promulgação da Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971), colocou como compulsória a profissionalização em todo o ensino de segundo grau, procurando explicitamente aliar a função formativa à profissionalizante, como se vê em seus dispositivos:

Art. 1º - O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas

potencialidades, como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (BRASIL, 1971)

Essa compulsoriedade da profissionalização no ensino de 2º grau foi extinta pela Lei 7.044/82 (BRASIL, 1982), que ao alterar os dispositivos da Lei 5.692/71 (BRASIL, 1971) referentes à profissionalização do ensino de 2º grau, trouxe mudanças na proposta curricular, dispensando as escolas da obrigatoriedade da profissionalização, voltando-se à formação geral. Pela Lei 7.044/82 (BRASIL, 1982), a “qualificação para o trabalho”, preconizada pela Lei 5.692/71 (BRASIL, 1971), foi substituída pela “preparação para o trabalho”, um termo impreciso que trouxe consequências diretas em relação ao ensino de 2º grau, uma vez que os currículos, a partir da referida Lei, não estavam mais obrigados a reservar a maior parte da carga horária para a profissionalização.

A partir dos anos 1990, por ocasião das disposições da Lei de Diretrizes e Base da Educação (BRASIL, 1996), a educação profissional foi incorporada como processo educacional específico, sem vinculação às etapas de escolaridade. Desse modo, a educação brasileira ficava estruturada na referida Lei em dois níveis - educação básica e educação superior - e a educação profissional não é contemplada em nenhum dos dois níveis.

Nesse sentido, a relação da educação profissional com o ensino regular poderia ocorrer por articulação, como estabelecido no Art. 40, da LDB nº 9.394/96, “[...] a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”. Portanto, a Lei se pronuncia sobre a forma como a educação profissional pode ser desenvolvida.

No ano de 1997, por determinação do Decreto 2.208/97 (BRASIL, 1997), estabeleceu-se para a educação profissional uma organização curricular própria e independente do ensino médio. Para a educação profissional foram definidos os níveis básico, técnico e tecnológico. O artigo 5º disserta que o nível técnico destinava-se a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos de ensino médio, devendo ter organização curricular própria e independente do primeiro, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este. Com isso, ao encontro do proposto por Ramos (2011), institui-se a separação curricular entre o ensino médio e a educação profissional.

No primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2006), foi promulgado o Decreto 5.154/2004 (BRASIL, 2004) que revogou o Decreto nº. 2.208/97 (BRASIL, 1997), permitindo a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio regular. Desse modo, o referido Decreto apresentava-se como possibilidade dos estudantes saírem com qualificação profissional de nível médio, pois assegurava a oferta dessa modalidade de ensino de forma articulada com o ensino técnico.

A partir da segunda metade do último governo Lula (2006-2010), programas e projetos foram direcionados à educação profissional e tecnológica, buscando contemplar a

integração entre a educação profissional e o ensino médio. Nesse contexto, foi implantado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA – que, em coerência com o Decreto nº 5.154/2004 (BRASIL, 2004), abrangeria cursos e programas de educação profissional de formação inicial e continuada e técnica de nível médio. O PROEJA foi, inicialmente, instituído no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, por meio do Decreto nº 5.478/2005 (BRASIL, 2005) e, posteriormente, ampliado para todos os sistemas de ensino, por ação do Decreto nº 5.840/2006 (BRASIL, 2006).

Face ao exposto, entendemos que cabe ao Estado o desenvolvimento de condições para a promoção dos direitos e garantias fundamentais de acesso à educação, constituída, como guia orientador da formação para o mundo do trabalho.

3 Educação Profissional: As EEEP Cearenses

No contexto de expansão das redes públicas de ensino médio integrado à educação profissional por ocasião da criação do programa Brasil Profissionalizado, em 2007, o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação, assume em 2008, o desafio de promover a articulação do currículo do Ensino Médio com a formação para o mundo do trabalho. Sobre o assunto, Lodi (2006, p. 04) comenta:

A oferta do Ensino Médio integrado à Educação Profissional deverá contribuir com a melhoria da qualidade dessa etapa final da educação básica. Em termos curriculares, essa modalidade reunirá conteúdos do Ensino Médio e da formação profissional que deverão ser trabalhados de forma integrada durante todo o curso, assegurando o imprescindível diálogo entre teoria e prática.

Visando a qualificação do projeto pedagógico das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), essa proposta objetivava preparar o jovem para enfrentar os problemas da vida cotidiana, através de uma formação global que dê conta das demandas e das transformações contínuas que passam a sociedade, a economia e o mundo do trabalho. Conforme Silva e Oliveira (2012, p.7), o Governo do Estado do Ceará:

[...] assume também o desafio de promover a articulação do currículo do ensino médio com a formação para o mundo do trabalho. Esta tarefa, ordenada pela nossa legislação educacional, integra a política estadual para a juventude e pretende qualificar o projeto pedagógico de escolas de ensino médio, preparando os jovens, com boas formações técnicas, para a inserção nos processos produtivos e seguir aprendendo com possibilidade de adaptação às demandas e às transformações desses processos.

Dessa forma, a rede estadual de Escolas de Educação Profissional (EEEP) fora criada em consonância com a legislação educacional federal e estadual, e passou a integrar a política estadual para a juventude, com o objetivo de diversificar a oferta do Ensino Médio, visando sua articulação com a educação profissional e com a continuidade dos estudos.

A Lei Estadual nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008), dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), no âmbito da Secretaria da Educação e dá outras providências. O Art. 1º estabelece:

O Poder Executivo, mediante Decreto, fica o autorizado a criar, na estrutura organizacional na Secretaria da Educação - SEDUC, Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP, sendo-lhes asseguradas as condições pedagógicas, administrativas e financeiras para a oferta de ensino médio técnico e outras modalidades de preparação para o trabalho (DOE-CEARÁ, 2008, p.1).

Desse modo, em 2008, foram implantadas 25 unidades escolares, que passaram a ofertar, quatro cursos profissionais de nível técnico: Informática, Enfermagem, Guia de Turismo e Segurança do Trabalho. Os dados da Seduc (2015) mostram que no ano de 2009, 26 escolas passaram a funcionar em tempo integral, em 2010, 8 novas unidades foram implantadas e em 2011, 18 escolas foram inauguradas. Essa oferta foi aumentando, e em 2015, o número de escolas foi ampliado de 25 para 111; o número de municípios contemplados, de 20 para 82; e foi ampliado de 04 para 53 o número de cursos técnicos ofertados, nas mais diversas áreas de atuação, atendendo a uma demanda de aproximadamente 40 mil jovens.

Dessa feita, entendemos que a expansão dessa estratégia de integrar o ensino médio à formação profissional de nível técnico, oferecendo educação em tempo integral aos jovens cearenses, possibilitou um número maior de estudantes a ingressarem no mercado de trabalho e a concorrer a uma vaga na universidade.

4 Aprendizagem Cooperativa: A experiência no Ensino Profissionalizante de Nível Médio

No Ceará, na primeira gestão do governador Cid Gomes (2006-2010), começaram a ser implantadas as Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), tendo continuidade no segundo mandato (2010-2014), no qual foram criadas mais de 100 unidades profissionalizantes, entre as quais, a escola escolhida como lócus dessa pesquisa.

A Escola Estadual de Educação Profissional de Pentecoste/CE – EEEP Alan Pinho Tabosa foi criada pelo Decreto Lei nº 14.795, de 22 de setembro de 2010 (BRASIL, 2010), mantida pelo governo do Estado do Ceará, nos termos da legislação em vigor e gerida pela Universidade Federal do Ceará, de acordo com o convênio de Cooperação Interinstitucional publicado no Diário Oficial do Estado no dia 14 de abril de 2011. Essa parceria tem o propósito de viabilizar a implantação da metodologia da aprendizagem cooperativa, dando suporte às atividades pedagógicas na escola.

Considerando a visão estratégica, a missão da escola referenciada no Projeto Político Pedagógico (PPP) é:

Contribuir para a formação de jovens protagonistas críticos e conscientes de seus deveres, capazes de atuar como agentes de transformação da realidade onde está inserido e preparando-os para o mundo do trabalho e a vida acadêmica de forma cooperativa (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2014, p. 9).

A Aprendizagem Cooperativa (AC) configura-se como uma estratégia voltada para minimizar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes. Conforme indicado anteriormente, a “Aprendizagem Cooperativa é uma metodologia com a qual os alunos se ajudam no processo de aprendizagem, atuando como parceiros entre si e com o professor, visando adquirir conhecimentos sobre um dado objeto”. (LOPES; SILVA, 2009, p. 4).

Considerando o contexto cearense, a Aprendizagem Cooperativa difundiu-se com o Programa de Educação em Células Cooperativas (PRECE), que posteriormente transformou-se em um projeto de extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC). Em 2009, foi criado o Programa Células Estudantis de Aprendizagem Cooperativa, com o objetivo de difundir essa metodologia na própria Universidade.

Destarte, a EEEP Alan Pinho Tabosa, configura-se como a primeira escola cearense na utilização dessa metodologia em sala de aula. Inaugurada em junho de 2011, desde então, oferece a seus estudantes formação de nível médio e profissionalizante, em consonância com as determinações expressas nas Constituições Federal e Estadual e, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

A escola iniciou suas atividades formativas no ano de 2012, com quatro turmas de 1º ano, distribuídas entre os cursos de Aquicultura, Informática, Agroindústria e Acadêmico, no total de 180 discentes, sendo 45 por turma. Em 2013, segundo ano de atividades, iniciou com oito turmas, sendo quatro turmas de 1º ano e quatro turmas de 2º ano, distribuídas entre os cursos de Aquicultura I e II, Informática I e II, Agroindústria I e II, e Acadêmico I e II. No ano de 2014, contabilizou doze turmas, somando um total de 527 alunos, distribuídos nos quatro cursos supracitados.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (2014), a oferta dos cursos de Agroindústria, Aquicultura e Informática na modalidade de ensino médio integrado à educação profissional em tempo integral, e o curso acadêmico de nível médio em tempo integral tem relação direta com as necessidades e potencialidades da região na qual a escola se situa geograficamente.

Nessa perspectiva, como conta no Projeto Político Pedagógico (2014), o curso Técnico em Agroindústria surgiu a partir da carência de profissionais qualificados, tendo em vista que a região apresenta um perímetro irrigado e crescimento na área agroindustrial; o Curso de Aquicultura foi pensado em virtude de o município ser sede de um dos maiores centros de pesquisas ictiológicas da América do Sul, de onde são exportados alevinos de várias espécies e tecnologia de desenvolvimento de criatórios e reprodução para todo o estado e regiões Nordeste e Norte do país, além de possuir um dos maiores açudes do estado, que propicia o desenvolvimento da pesca e de projetos de criação de peixes; a oferta do Curso Técnico em Informática justifica-se pela demanda dos setores produtivos e das redes sociais, de profissionais habilitados na área, uma vez que se observa a inexistência de curso técnico dessa natureza no município; e o Curso Acadêmico foi pensado na perspectiva de ser uma opção viável para os estudantes que desejam ingressarem no mundo acadêmico.

Em relação à estrutura física, a escola segue o padrão MEC (CEARÁ, 2014), que institui um modelo de escola inserida em um espaço com uma estrutura composta por: 12 salas de aula; auditório para 200 lugares; biblioteca; bloco pedagógico administrativo com secretaria, diretoria, seis laboratórios básicos (Línguas, Informática, Química, Física, Biologia e Matemática) e laboratórios tecnológicos, de acordo com cada curso técnico; bloco administrativo de vivência (cozinha, vestiários de funcionários, grêmio, refeitório, vivência, oficina de manutenção); ginásio poliesportivo; depósito de material esportivo; coordenação de educação física; vestiários para alunos; sala multiuso; teatro de arena e estacionamento (40 vagas). A capacidade de atendimento é de 540 alunos, sendo 45 por sala de aula. Portanto, a EEEP Alan Pinho Tabosa,

[...] possui 12 salas de aula funcionando; espaço administrativo com 01 sala de direção, 01 da coordenação pedagógica e 01 de coordenação de estágio; 01 secretaria; 01 refeitório amplo e 01 cozinha; 01 biblioteca; 02 banheiros para professores; 01 sala de material pedagógico; 01 laboratório de Biologia; 01 laboratório de Física; 01 laboratório de Matemática; 01 laboratório de Química; 01 laboratório de Informática; 01 laboratório de Línguas; 01 almoxarifado; 01 sala do grêmio; 01 jardim com pracinha; 12 banheiros masculinos e femininos; 01 quadra de esporte com sala de coordenação de Educação Física, 01 sala para materiais esportivos, 01 sala de multiuso e 02 vestiários; 02 salas especiais; 01 anfiteatro e 01 auditório (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2014, p. 15-16).

O modelo de escola padrão MEC oferece infraestrutura adequada para o processo de ensino-aprendizagem integrado, do ensino médio ao técnico, e em tempo integral, potencializando a qualidade da formação profissional e cidadã dos jovens cearenses. (CEARÁ, 2014).

No tocante às diretrizes organizacionais, o Projeto Político Pedagógico da EEEP Alan Pinho Tabosa expressa, que a visão da escola consiste em:

Ser uma escola de referência na utilização da metodologia de aprendizagem cooperativa na Educação Integral e Profissional no Ensino Médio no Estado do Ceará, formando jovens competentes, autônomos, participativos, cooperativos e comprometidos com a sociedade (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2014, p. 9).

Na perspectiva de desenvolver uma metodologia que busque inovações, cooperação e protagonismo, a EEEP Alan Pinho Tabosa procura trabalhar os conteúdos de forma dinâmica, interdisciplinar e contextualizada; bem como, respeitando o tempo dos planejamentos, das aulas e demais atividades extracurriculares.

O PPP da escola estabelece que além da aprendizagem cooperativa, a metodologia também será norteadada pelos princípios descritos no Artigo 2º da Resolução 413/2006 do Conselho de Educação do Ceará (CEC), (CEARÁ, 2006) que regulamenta a educação profissional técnica de nível médio, no Sistema de Ensino do Estado do Ceará.

Art. 2º. São princípios norteadores da educação profissional técnica de ensino médio, além dos estabelecidos no Art. 3º da Lei nº 9394/1996, os seguintes: I. Articulação com o Ensino Médio de forma integrada, concomitante ou subsequente; II. Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos; III. Desenvolvimento de competências para a laborabilidade; IV. Flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização; V. Especificidade dos perfis profissionais; VI. Atualização permanente dos cursos e currículos; VII. Autonomia da escola na elaboração de seu projeto pedagógico (CEARÁ, 2006).

Considerando o modelo de Aprendizagem Cooperativa proposto pelos irmãos norte-americanos Johnson & Johnson (1991 apud LOPES; SILVA, 2009), as responsabilidades são distribuídas ao longo do tempo e todos têm oportunidade de exercer diferentes funções. No desenvolvimento da metodologia na EEEP Alan Pinho Tabosa são adotados três papéis a serem desempenhados pelos estudantes em grupos cooperativos: Coordenador, Relator e Controlador do tempo, sendo que, o Coordenador é responsável por coordenar as diferentes etapas da atividade, orientando o grupo para tornar o trabalho mais eficaz; o Relator faz a ligação entre o grupo e o professor no intuito de limitar as deslocções durante a tarefa, além

de ser responsável por registrar e entregar a tarefa realizada ao professor; o Controlador do tempo certifica-se de que o trabalho seja terminado no tempo estipulado pelo professor.

No segundo ano de funcionamento, a escola elaborou o mapa de sala, um instrumento em que cada turma tem pré-estabelecida a composição dos grupos de trabalho a serem formados em cada semana. O mapa de sala foi desenvolvido na primeira semana de agosto de 2013 e colocado em prática a partir da semana seguinte. Os professores das turmas de 2º ano juntamente com os respectivos estudantes, participaram de uma oficina, cujo objetivo foi apresentar a todos a importância do trabalho do coordenador de grupo, sua função na célula de estudo, e o papel a ser desempenhado na escola. Depois da oficina, os professores foram separados dos estudantes. Cada turma deveria indicar quinze coordenadores de grupo, sendo que a escolha era individual, e cada um poderia indicar a si próprio, ou um colega. Em outra sala, os professores foram orientados a escolherem quinze estudantes de cada turma para exercerem a função de coordenadores. Na etapa seguinte, o núcleo gestor fez uma comparação entre a lista feita pelos professores e a pelos estudantes e chegou ao resultado final.

Dessa forma, cada coordenador escolhido recebeu um código de identificação, a letra A, acrescida do numeral arábico, que varia de 1 a 15. Os demais alunos foram classificados como B e C, todos acrescidos do numeral arábico, variando entre 1 e 15. Isso posto, visando facilitar a formação dos grupos durante a semana, o mapa de sala vem acompanhado da relação dos estudantes com seus respectivos códigos. Por exemplo: para a formação do grupo 1, o A1 ficou com o B13 e o C10 para a realização das atividades na primeira semana do mês, A1 era o coordenador do grupo; para as atividades da segunda semana, o A1 ficou com B12 e C08, e assim os grupos foram sendo formados a cada semana.

Entretanto, a escola destaca no seu Projeto Político Pedagógico as dificuldades encontradas na sua ação educativa, a saber:

Atraso nos repasses dos recursos financeiros; Alunos desestimulados; Desestruturação familiar; Baixo nível de escolaridade dos pais; Dificuldade de aprendizagem relacionada com a leitura, a escrita, o raciocínio lógico-matemático e o cálculo; [...] Carência de professores; Baixa qualidade dos materiais didáticos; Carência de materiais de multimídias (internet de baixa qualidade, projetores e TVs insuficientes) (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2014, p. 12-13).

Na tentativa de amenizar essas dificuldades, a escola Alan Pinho apresentou em 2014 as seguintes estratégias:

Melhoria do Processo ensino-aprendizagem através da Aprendizagem Cooperativa; Dinamização das práticas pedagógicas; Minimização do

abandono escolar; Melhoria dos resultados acadêmicos dos alunos; Dinamização da gestão escolar; Projetos interdisciplinares; Gestão Empresarial Sócio Educacional (TESE); Valorização do Professor; Formação continuada; Empreendedorismo; Protagonismo Juvenil; Replicabilidade; Corresponsabilidade; Participação com êxito nas avaliações internas e externas (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2014, p. 16).

O referido documento também ressalta as potencialidades que a referida escola possui e que tem contribuído para amenizar as dificuldades enfrentadas no dia a dia, entre as quais vale citar:

Utilização de uma metodologia inovadora que valoriza a interação discente; Desenvolvimento de projetos que ajudam a estudantes com dificuldades de aprendizado; Desenvolvimento do projeto Educação de Jovens e Adultos (EJA); Desenvolvimento do projeto de Coordenadores de Célula, que favorece o protagonismo estudantil; Formação técnica aliado ao ensino médio; Parceria com a Universidade Federal do Ceará, que permite a vinda de colaboradores em diversas áreas; Boa infraestrutura; [...] (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2014, p. 13).

O PPP da escola destaca ainda que o desenvolvimento cognitivo dos estudantes é o objetivo maior do processo ensino-aprendizagem. Nessa direção, vale mencionar, que em 2013, 11 estudantes da 2ª série do ensino médio profissionalizante ingressaram na universidade, entre os quais: 01, do curso de Agroindústria, 01 do curso de Aquicultura, 01 do curso de Informática e 08 do curso Ensino Médio Integral (denominado de Acadêmico). Em 2014, esse número aumentou: de acordo com os dados do Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE), desenvolvido pela Secretaria da Educação do governo do Estado do Ceará, ingressaram na universidade um total de mais de 82 estudantes, entre os quais: 17 da 2ª série e 65 da 3ª série. Os resultados de 2015 ainda estão em fase de processamento, tendo em vista que os estudantes concluintes da 3ª série no respectivo ano letivo continuam ingressando na universidade no decorrer do ano de 2016.

Diante do exposto, compreendemos que a aprendizagem cooperativa revela-se uma estratégia capaz de superar as dificuldades diagnosticadas nas turmas, uma vez que elege o trabalho cooperativo entre os pares.

Entretanto, é oportuno destacar, que a EEEP Alan Pinho Tabosa enfrenta os desafios de proporcionar uma educação geral e profissional que atenda às necessidades do educando, objetivando a inserção dos jovens no mercado de trabalho e no mundo acadêmico.

5 Considerações finais

A partir da leitura e análise dos aspectos históricos e documentais sobre as políticas de formação de jovens no Brasil, constatamos que o Decreto 5.154/04 (BRASIL, 2004) representou um avanço nas políticas públicas voltadas à educação básica, especificamente para o ensino médio, ao possibilitar sua articulação à educação profissionalizante de nível médio. A partir disso, traçamos o percurso da educação profissional no Brasil a partir do referido Decreto, abordamos a educação profissional no Ceará e identificamos o processo de implantação da rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) em todo o Estado, enfatizando o modelo de ensino médio integrado.

Destacamos o surgimento da Aprendizagem Cooperativa no Ceará, a partir do Programa de Educação em Células Cooperativas (PRECE), que posteriormente se transformou em um projeto de extensão da UFC, dando lugar ao Programa de Células Estudantis de Aprendizagem Cooperativa, com o objetivo de difundir a metodologia na Universidade.

Ao descrevermos a proposta formativa de uma escola de ensino médio profissionalizante, evidenciamos o modelo de organização escolar e curricular da EEEP Alan Pinho Tabosa, por configurar-se na primeira escola cearense em implantar a metodologia da Aprendizagem Cooperativa em sala de aula.

Concordamos que a EEEP Alan Pinho Tabosa representa um marco relevante para o município de Pentecoste/CE, por ser uma instituição escolar com uma proposta educativa diferenciada das demais escolas de ensino médio existentes na cidade, uma vez que elege a aprendizagem cooperativa como metodologia de trabalho. Contudo, vale destacar que, embora a referida instituição esteja cercada de apoios pedagógicos advindos da Secretaria da Educação do Estado (SEDUC) e da Universidade Federal do Ceará (UFC), encontra dificuldades na sistematização dessa metodologia em sala de aula.

Referências

BATISTA, M. I. F. e S.. O Ideário renovador e a planificação educacional: possíveis raízes do tecnicismo escolar. **Revista: Interações**, São Paulo, v. 6, número 11, jan/jun. 2001.

BRASIL. Constituição de 1937. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em 30 set. 2014.

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.

_____. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.

_____. Decreto nº. 7.566, de 23 de setembro de 1909.

_____. Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971.

_____. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Parecer CNE/CEB nº 16, de 05 de outubro de 1999. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Integrada ao Ensino Médio. Documento Base. Brasília, dezembro de 2007.

CEARÁ . Secretaria da Educação. Coordenadoria de Educação Profissional. Relatório de Gestão. O pensar e o fazer da educação profissional no Ceará – 2008 a 2014. Coordenadoria de Educação Profissional. 1ª ed. – Fortaleza: Secretaria da Educação, 2014.

_____. Governo do Estado do Ceará. Secretaria da Educação. Educação Profissional. Disponível em: <http://www.educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br>. Acesso em 30 jun. 2015.

_____. Diário Oficial do Estado. Série 02, ano XI, nº 245. Fortaleza, 23 de dezembro de 2008.

_____. Decreto Lei nº 14.795, de 22 de setembro de 2010.

_____. Lei Estadual nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008.

_____. Projeto Político Pedagógico. EEEP Alan Pinho Tabosa. Pentecoste/CE, 2014.

_____. Regimento Escolar. EEEP Alan Pinho Tabosa. Pentecoste/CE, 2014.

_____. Resolução nº 413, de 18 de abril de 2006. Regulamenta a educação profissional técnica de nível médio, no Sistema de Ensino do Estado do Ceará, e dá outras providências.

_____. Secretaria da Educação. Sistema Integrado de Gestão Escolar. Disponível em: <http://sige.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2016.

KUENZER, A. Z. **Ensino Médio e profissional: as políticas do estado neoliberal**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LODI, L. H. **Apresentação: ensino médio e educação profissional**. Secretaria de Educação a Distância. Ministério da Educação. BOLETIM 07. maio/jun. 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim_salto07.pdf. Acesso em 08 jul. 2014.

LOPES, J.; SILVA, H. S. **A aprendizagem cooperativa na sala de aula - um guia prático para o professor**. Lisboa: Lidel - Edições técnicas, 2009.

MONEREO, C; GISBERT, D. D. **Tramas: procedimentos para a aprendizagem cooperativa**. Tradução Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2005.

OLIVEIRA, F. C. de P. **O novo sistema de formação profissional brasileira: análise crítica exemplificada na experiência cearense**. 2006, 152 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos: UFSCar, 2006.

RAMOS, M. N. **Educação profissional: história e legislação**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.

SILVA, A. M. de L; OLIVEIRA, F. C. de P. Ensino profissionalizante: para que e para quem? In: FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA. 4.; **Anais...** Parnaíba, PI, 2012.

ZANLORENSE, M. J.; SANTOS, A. P. dos. O ideário liberal nas reformas educacionais brasileira entre 1920 e 1940. **Revista Labor**, Fortaleza, v.1, n. 11, 2014.

Recebido em: 02/09/2015

Revisado em: 22/06/2016

Aprovado para publicação em: 01/07/2016

Publicado em: 31/08/2016